

Atraso Via Modernização Cultural: Uma Leitura Evolucionista das Obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado

Marcelo Arend

*Doutor em Economia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(PPGE/UFRGS), Brasil*

Resumo

O artigo propõe tratar de duas questões. Em primeiro lugar, busca uma aproximação entre Raymundo Faoro e Celso Furtado. Especificamente em relação ao atraso econômico brasileiro, ambos autores atestam que são as “classes dirigentes” que ao elaborarem estratégias de superação do subdesenvolvimento promovem *processos de modernização*, que acarretam a estratificação social característica da trajetória capitalista do Brasil. Em segundo lugar, buscou-se reler os dois intérpretes do Brasil sob um enfoque evolucionista, notadamente através de uma integração de tratamento institucionalista e neo-schumpeteriana. Encontrou-se, nas obras de Faoro e Furtado, elementos evolucionistas como *path dependence*, elevados custos de transação, emulação pecuniária e ineficiência de atrelamento aos paradigmas tecno-econômicos em suas fases iniciais. A principal conclusão é a de que o país apresenta uma “trajetória dependente da *modernização*”, que determina seu atraso, subdesenvolvimento e dependência. A causa última desse comportamento deve-se a matriz institucional brasileira, que molda os agentes a comportarem-se como “emuladores” de estratos sociais mais modernos, rompendo com identidades culturais que poderiam levar ao desenvolvimento econômico do país. As elites nacionais emulam sociedades estrangeiras, e os estratos mais baixos da população emulam as elites nacionais, rompendo ambos com a cultura local.

Palavras-chave: Raymundo Faoro, Celso Furtado, Atraso Econômico; Abordagem Evolucionista

Classificação JEL: B52, N01, Z10

Abstract

This article aims at dealing with two issues. First, it seeks an approach between Raymundo Faoro and Celso Furtado. Specifically in relation to the Brazilian economical backwardness, both authors testify that, by drawing up strategies which overcome the underdevelopment, the “managerial class” promotes modernization processes, which bring about the characteristic social stratification of the Brazilian capitalist path. Second, it was sought to re-read the two interpreters of Brazil under an evolutionary focus, remarkably through an integration of institutionalist and neo-schumpeterian treatment.

In the works of Faoro and Furtado, evolutionary elements were found, such as path dependence, high costs of transaction, pecuniary emulation and inefficiency of attachment to the techno-economical paradigms in their initial phases. The main conclusion is that the country presents a “path dependent on modernization”, which determines its backwardness, underdevelopment and dependence. The ultimate cause of this behavior is due to the Brazilian institutional matrix, which molds the agents to behave as “emulators” of more modern social strata, breaking with cultural identities which could lead to the economical development of the country. The national elites emulate foreign societies and the population’s lower strata emulate the elites, and both break with the local culture.

*“... porque en realidad nuestro norte es el Sur.
No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur.
Esta rectificación era necesaria;
por esto ahora sabemos donde estamos.”
Joaquín Torres García*

1. Introdução

O objetivo do artigo é contribuir para o entendimento do processo de desenvolvimento capitalista do Brasil através da análise de intérpretes consagrados pela historiografia brasileira. As questões levantadas para a discussão, referentes ao atraso (ou subdesenvolvimento), buscam caracterizar principalmente o fato da heterogeneidade social, que é marca constante de toda trajetória de construção capitalista no Brasil. Atesta-se, desde já, que essa é uma preocupação marcante nas obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado. Nesses autores, o tema da heterogeneidade, ou desigualdade, social, aparece constantemente como uma inquietação, senão o grande problema do país, levando-os a elaborarem interpretações singulares para a explicação deste fenômeno.

Dito isso, o presente artigo preocupa-se de em tratar de duas questões. A primeira refere-se à possibilidade de reler esses diferentes intérpretes do Brasil buscando aproximações e comparações para a explicação do fenômeno da heterogeneidade social. Em segundo lugar, busca-se identificar alguns elementos das obras de Faoro e de Furtado que podem adequar-se a um marco conceitual distinto do original trabalhado pelos autores. Com isso, não se quer descaracterizar a interpretação de determinado autor, mas sim buscar alguns elementos e/ou informações presentes na abordagem original que possam contribuir para uma interpretação distinta do fenômeno em questão. Procura-se enriquecer a leitura de dois autores clássicos à

* Recebido em junho de 2006, aprovado em fevereiro de 2008. O presente artigo é resultado do processo de aprendizado decorrido na disciplina “Interpretações do Brasil”, ministrada pelo Professor Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca, do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGE/UFRGS. Agradeço também aos comentários relevantes de dois pareceristas anônimos. Erros e omissões são de minha responsabilidade.
E-mail address: marceloarend@yahoo.com.br

luz de novos paradigmas teóricos que eles não conheciam, mas que consideramos compatíveis com a abordagem deles.

Utilizar os grandes intérpretes do Brasil dentro de uma nova abordagem não é uma inovação deste artigo. Bueno (2003) em seu estudo avalia em que medida as três obras clássicas da nossa historiografia sobre o período colonial – Formação do Brasil Contemporâneo, Raízes do Brasil e Casa Grande e Senzala – podem ser lidas com proveito à luz das contribuições recentes dos principais textos da Nova Economia Institucional (NEI).¹ Aqui, a intenção é reler as obras de Raymundo Faoro e de Celso Furtado sob a ótica evolucionista, notadamente através das abordagens institucionalista e neo-schumpeteriana.

Objetiva-se utilizar intérpretes como Raymundo Faoro e Celso Furtado para sustentar que o processo de desenvolvimento econômico pode ser mais bem entendido com a endogeneização das instituições e da mudança técnica. Assim sendo, o desenvolvimento econômico é fundamentalmente um processo de desenvolvimento técnico e institucional. Nesse sentido, a inovação tecnológica e as instituições são variáveis importantes para a análise da trajetória capitalista brasileira.

Nestes termos, procura-se responder a seguinte questão: Por que o Brasil, em sua trajetória capitalista, não conseguiu abolir, ou mesmo atenuar, o problema da heterogeneidade social? A hipótese principal a ser seguida, de acordo com a abordagem evolucionista, é a de que ao longo da trajetória capitalista brasileira as “elites dirigentes”, de tempos em tempos, promoveram mudanças na matriz produtiva e mudanças institucionais que não levavam em consideração as particularidades sociais. O esforço, principalmente ao longo do século XX de superar o atraso econômico, deveu-se, sobretudo a adaptação de padrões (tecnológicos, de consumo e culturais) estrangeiros, estranhos às idiosincrasias locais e por isso geradores de heterogeneidade social, pois tais padrões não se adaptam da mesma forma a outra institucionalidade. O país apresenta uma “trajetória dependente da modernização”, que determina seu atraso, subdesenvolvimento e dependência. A causa última desse comportamento deve-se a matriz institucional brasileira, que molda os agentes a comportarem-se como “emuladores” de estratos sociais mais modernos, rompendo com identidades culturais que poderiam levar ao desenvolvimento econômico do país.

Pois bem, o artigo está estruturado da seguinte forma. A Seção 2 apresenta um esforço de integração de tratamento das abordagens institucionalista e neo-schumpeteriana com vistas de ser ter um entendimento evolucionário do

¹ Segundo o autor, “A questão de porque em alguns países a história produziu sociedades com matrizes institucionais mais consistentes com o desenvolvimento econômico do que em outros é um dos temas mais explorados pela literatura internacional recente inspirada pela NEI. Até onde sei, entretanto, os importantes *insights* gerados por essa literatura não foram ainda explorados pelos historiadores econômicos brasileiros. O objetivo deste texto é contribuir para reduzir esse descompasso, resumindo os aspectos mais relevantes da NEI para o historiador, mostrando especificamente como ela permite reler sob uma nova ótica as obras clássicas da nossa historiografia do período colonial, ajudando a formular novas questões e, talvez, sugerindo novas respostas para questões ainda não convincentemente respondidas porque, à falta de um fio condutor teórico comum, não puderam nem mesmo ser claramente formuladas” (Bueno 2003, p. 1).

processo de desenvolvimento econômico; as Seções 3 e 4 mostram os principais elementos interpretativos da realidade nacional condicionantes da trajetória brasileira desenvolvidos por Raymundo Faoro e Celso Furtado; na Seção 5 busca-se fazer algumas comparações e aproximações entre os autores; a Seção 6 incorpora os principais elementos identificados pelos grandes intérpretes do Brasil no referencial evolucionista; a Seção 7 conclui o artigo.

2. Integração de Tratamento Institucionalista e Neo-Schumpeteriano: A Abordagem Evolucionista²

Nas abordagens institucionalista e neo-schumpeteriana encontramos uma gama de princípios teóricos e analíticos que aceitam, generalizadamente, que as análises de realidades nacionais apresentem especificidades. O que se quer enfatizar é a existência de trajetórias nacionais de desenvolvimento econômico diferenciadas. Caminhos, rotas e formas de desenvolvimento econômico dificilmente são compatíveis e comparáveis, pois, em cada país, interage uma série de fatores de natureza não só econômica, mas também sociais, políticos e culturais, que, ao longo do tempo, moldaram-se de forma específica e única.³

O tratamento teórico da economia institucional não considera o mercado como uma “ordem espontânea”, mas sim como uma instituição socialmente construída. Essa concepção de mercado é bastante próxima a interpretação de Karl Polanyi (1980) no seu clássico “A Grande Transformação”. Segundo o autor, a economia de mercado estabelecida no século XIX teve a característica de transformar toda a organização instituída, pois pela primeira vez na história “ao invés da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (Polanyi 1980, p. 72). Assim, para Polanyi, a economia está socialmente enraizada, pois são as instituições sociais que organizam, orientam e impõem limites às funções do mercado.

A chamada Nova Sociologia Econômica, atualmente, procura avançar nos conceitos centrais da obra de Polanyi. Um dos principais representantes dessa corrente de pensamento é o sociólogo Mark Granovetter. Granovetter (1985), avança no debate Mercado × Sociedade a partir da elaboração de seu argumento de imersão (ou enraizamento) social (*embeddednes argument*). A proposta da abordagem denominada “imersão social” (*embeddedness*), enfoca que a percepção das ações econômicas dos agentes estaria imersa em uma organização de relações sociais. Dessa forma, os agentes econômicos teriam comportamentos dentro de uma rede dependente com outros agentes. Granovetter supõe que o comportamento dos

² Esta seção está amplamente baseada em Arend e Cario (2004). Neste ensaio a preocupação principal dos autores é a de conciliar os referenciais institucionalista e neo-schumpeteriano para o entendimento do fenômeno do desenvolvimento econômico.

³ Estas abordagens são referências interdisciplinares para a explicação dos processos de desenvolvimento econômico, pois as modelagens formais teóricas fundadas no individualismo metodológico não conseguem captar, no mundo real e dinâmico, os fatores explicativos do desenvolvimento bem como a razão das desigualdades existentes.

indivíduos não é movido apenas pela racionalidade econômica, mas também pela sociabilidade, a aprovação, o *status* e o poder. Com isso, o argumento de “imersão social” de Granovetter sustenta que um nível maior de ordem pode ser encontrado no mercado, devido às relações sociais, e não econômicas.

É nesse sentido que Douglass North define: “As instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma à interação humana. Elas estruturam incentivos na interação humana, seja político, social ou econômico” (North 1995, p. 13). Assim, instituições reduzem incertezas porque proporcionam uma estrutura à vida diária, constituindo um guia para a interação humana, e incluem todo tipo de limitação que os humanos criam para dar forma à interação humana.⁴

Neste enfoque, outras instituições são objeto de análise econômica: as transações; os contratos; as organizações; as leis; os costumes; as convenções; a tecnologia; o Estado, entre outras. As políticas públicas, os processos políticos e a evolução das instituições e o próprio desenvolvimento econômico são também parte do objeto de análise da economia institucional. Nesta perspectiva, a história assume relevância na medida em que a trajetória evolutiva considera as capacitações construídas, os processos de aprendizagem, as regras institucionais, os incentivos e as restrições à mudanças, etc. no tempo.⁵

Posicionando de forma distinta do tratamento neoclássico que considera a tecnologia exógena nos modelos de desenvolvimento, a escola neo-schumpeteriana considera a mudança técnica como centro do processo explicativo do desenvolvimento das firmas e marco para análises de desempenho econômico. Os processos de busca, rotinas, seleção e aprendizado, que cercam a atividade inovativa, ocorrem num ambiente dinâmico, incerto e diversificado, podendo conferir distintas trajetórias de desenvolvimento não só a firmas mas também a países. Assim, os neo-schumpeterianos, mesmo centrados na mudança técnica, consideram importante o papel das instituições, pois elas podem definir padrões ou trajetórias de desenvolvimento econômico distintas.

Numa visão institucionalista e neo-schumpeteriana deve-se levar em conta os aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos num processo evolucionário.

⁴ Exemplos desta estrutura de vida são apresentados por North: quando desejamos cumprimentar amigos, dirigir um automóvel, comprar laranjas, pedir dinheiro emprestado, estabelecer um negócio, enterrar nossos mortos, ou qualquer outra coisa, sabemos como fazer essas atividades. No entanto, observamos que as instituições diferem quando realizamos estas operações em locais diferentes (North 1995, p. 14).

⁵ O “velho institucionalismo”, onde Thorstein Veblen é seu principal expoente, traz a mensagem de que fatores como estrutura institucional, relações de poder, hábitos de pensamento e cultura afetam o desempenho econômico. Análises econômicas devem atentar-se para especificidades locais, dada a heterogeneidade de instituições existentes. Também, é substituído o conceito de equilíbrio pelo processo evolucionário, no qual fatos acidentais e longínquos no tempo têm uma influência destacada para a evolução institucional. Assim, a abordagem institucionalista, destacando-se, em sua obra, a preocupação com o desempenho das economias no transcurso dos tempos e as especificidades locais. Novos conceitos foram incorporados ao ideário institucionalista, como a existência de custos de transação, limitações formais, regras formais, direitos de propriedade, aprendizagem, organizações e poder de barganha.

Dessa forma, podemos conferir às diferentes performances econômicas de países, regiões e lugares a natureza de suas instituições e sua capacidade de inovar. Sob esse espectro, as instituições de hoje sempre guardam fortes conexões com as de ontem, por isso a importância da trajetória institucional (Nelson 1995).⁶

O que ajuda a esclarecer o fenômeno do desenvolvimento econômico fica a cargo da interdependência entre instituições, mudança institucional e inovação. Geralmente, uma inovação requer um rearranjo institucional. Entretanto, as instituições também podem motivar determinado local a inovar, como é abordado pelos institucionalistas. Assim, o processo de desenvolvimento econômico, então, é originado pelas instituições e pela mudança institucional, pois estas induzem às inovações tecnológicas, ou pelo inverso, já que inovações requerem mudança institucional.

Todavia, o fundamental a ser ressaltado é que não necessariamente haverá harmonia entre instituições e técnicas escolhidas, assim como não haverá um único “resultado” possível para a relação entre estas duas variáveis. Consequentemente, elas influenciam-se reciprocamente, mas não de forma determinística. Porém, isto não significa que qualquer combinação entre tecnologia e instituições seja possível, pelo menos com alguma estabilidade, mas sim que o leque de combinações factíveis é limitado. Assim sendo, as tecnologias não se adaptam da mesma forma a qualquer institucionalidade, sempre sofrendo adaptações para se ajustar a elas. Isso porque as tecnologias não se encontram apenas inseridas em um ambiente técnico, o que significaria um “vácuo” institucional, mas também estão incorporadas a uma determinada sociedade, região ou país, com seus costumes, regras e leis (Strachman 2002, p. 135).⁷

Com isso, desenvolvimento econômico pode ser visto como sinônimo da configuração das instituições que lhes dão sustentabilidade, pois as inovações provêm de determinados arranjos institucionais. Daí a importância das abordagens institucionalistas juntamente com a análise neo-schumpeteriana da mudança técnica, para a compreensão do processo de desenvolvimento. Instituições e tecnologia, mais que um elemento de estratégia de desenvolvimento são condições de sua viabilidade. Pensar em uma forma de inserção competitiva no cenário mundial é pensar em um processo de acumulação de capacidades tecnológicas, sendo que essas são fortemente condicionadas pelas instituições socioeconômicas e, também, forçam as últimas a mudanças.

Para o “velho institucionalismo”, as escolhas tecnológicas são mais orientadas pelo poder e menos pela eficiência. A tecnologia rotineiramente serve ao progresso social, à melhoria das condições materiais de reprodução das sociedades. Por outro lado, as instituições tendem a ser um fator de inércia, quase sempre impedindo

⁶ “Abstraindo a enorme diversidade de coisas que têm sido chamadas instituições, há várias questões-chave que acredito qualquer teoria séria de evolução institucional deve referir. Uma é *path dependency*. As instituições de hoje quase sempre mostram fortes conexões com as de ontem, e **frequentemente com as de um século atrás, ou antes**” ((Nelson 1995, p. 82) – grifo nosso).

⁷ Esta questão será amplamente discutida para o caso brasileiro nas próximas seções, ao referir-se às obras de Faoro Furtado.

mudanças tecnológicas ou freiando-as de modo que suas consequências não possam ser plenamente aproveitadas, atrapalhando, assim, o progresso social. Logo, uma mudança técnica requer uma mudança institucional, sendo que a inovação só origina-se num específico arranjo institucional. É por isso que Veblen dava atenção especial à questão da colaboração humana. Existindo colaboração em determinado arranjo institucional, certamente as relações de poder não se sobreporiam à inovação, e o conseqüente desenvolvimento ocorreria. Dessa forma, instituições geram inovações, e inovações acarretam mudança institucional.

É neste sentido, quanto à mudança técnica e institucional, que Veblen escreve o seguinte:

Um progresso em métodos técnicos, em população ou em organização industrial requererá pelo menos de alguns dos membros da comunidade a mudança de hábitos de vida, se é que pretendem ingressar com facilidade e eficácia nos métodos industriais alterados; e assim fazendo, serão incapazes de viver de conformidade com as idéias recebidas no que toca ao que é certo e belo nos hábitos de vida (...) Toda e qualquer mudança nos hábitos de vida e de pensamento é incômoda (...) Acrescente-se a isto que a classe ociosa tem também um interesse material em deixar as coisas como estão. Nas circunstâncias prevaletentes em qualquer época determinada, está essa classe em situação privilegiada, e pode-se esperar que qualquer desvio da ordem existente opere em seu detrimento, antes do que a seu favor (Veblen 1965, p. 183–192).

Pode-se notar que as inovações tecnológicas são avaliadas de acordo com suas possibilidades de gerarem benefícios pecuniários para determinado ambiente institucional, em prejuízo de considerações quanto a sua eficiência e ao desenvolvimento econômico local. Se for “incômoda” a mudança institucional que ocorrerá com a inovação tecnológica para determinados membros da comunidade (note-se a influência das relações de poder) o conseqüente desenvolvimento econômico pode ser abortado; ou seja, a mudança técnica não acontecerá. Assim, determinada “comunidade” (entende-se por local, região ou país) pode ficar estagnada em certa malha institucional. Ou, de outra forma, certo conjunto de hábitos de pensamento é capaz de impedir, ou restringir, a inovação tecnológica.

Veblen considera às instituições socioeconômicas como sendo a unidade de seleção evolucionária. A mudança institucional é vista, portanto, como um processo no qual o princípio de seleção natural é aplicado em relação aos hábitos de pensamento dominantes, ou seja, às instituições. E, a resistência à mudança dos hábitos e das instituições torna possível que estas sejam tratadas como tendo características quase genéticas. Assim, é possível concluir que para Veblen as instituições são a unidade de seleção, num ambiente darwinista. Mas, se por um lado, Veblen manifesta-se por uma teoria da mudança institucional de acordo com os princípios darwinistas, ao longo de sua obra ele se mostra bem mais próximo da hipótese da herança das **características adquiridas**, aproximando sua teoria da mudança institucional ao “lamarckismo” (Monasterio 1998).⁸ Assim, Veblen considera que

⁸ Assumindo que as mudanças ocorridas nas instituições são preservadas ao longo do tempo, através dos processos cognitivos e da própria inércia típica dos hábitos de pensamento, tal mecanismo pode

a evolução é um processo contínuo, e não existe situação institucional que possa ser considerada definitiva.⁹

Pressupostos semelhantes podem ser extraídos do novo institucionalismo de Douglass North. Para este autor, o subdesenvolvimento consiste, antes de tudo, num ambiente social em que a cooperação humana inibe a inovação, apóia-se em vínculos hierárquicos localizados e bloqueia a ampliação do círculo de relações sociais em que se movem as pessoas. É exatamente por isso que North vê que o desenvolvimento não reside em dons naturais, na acumulação de riquezas, nem mesmo nas capacidades humanas, mas nas instituições, ou seja, nas formas de coordenar a ação dos indivíduos e dos grupos sociais. Nações em que o valor do conhecimento transmitiu-se ao conjunto da sociedade formaram costumes de valorização do trabalho e da inovação, ao contrário daquelas de tradição escravista, que se apóiam francamente na separação entre trabalho e conhecimento (Abramovay 2001).¹⁰

Mas de que forma o conhecimento transfere-se através de gerações podendo afetar o desempenho no longo prazo? A resposta encontra-se não nas regras formais, mas nas limitações informais. Segundo North, elas surgem de informação transmitida socialmente e são parte da herança que chamamos de cultura. Por cultura, North entende a transmissão de uma geração à seguinte, por ensino ou imitação, dos conhecimentos, valores e outros fatores que influenciam na conduta. A forma pela qual a mente processa informação não somente é a base da existência de instituições, mas também o ponto-chave para entender como as limitações informais têm um papel importante na formação da escolha, tanto a curto prazo como na evolução a longo prazo da sociedade. A consequência, em longo prazo, do processamento cultural da informação, que está na base das limitações informais, é o que joga papel importante na forma incremental por meio da qual as instituições evoluem. Essas, por conseguinte, são uma fonte de *path dependence* (North 1995, p. 54–65).

A ligação do passado, com o presente e o futuro, é dada pela história e significa que as instituições apresentam características de *path dependence*. Mas, se instituições importam para a promoção do desempenho econômico, por que não se copiam ou adotam-se as melhores instituições de economias que já

ser caracterizado como um processo evolucionário lamarckista. Isto, porque Veblen adota a hipótese da herança de características adquiridas. Assim, Veblen assume uma posição em que tenta conciliar elementos darwinistas e lamarckistas (Monasterio 1998). Segundo Veblen: “o progresso que se fez e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano pode-se considerar, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente mediante o desenvolvimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive” (Veblen 1965, p. 179).

⁹ Em sua Teoria da Classe Ociosa, Veblen afirma: “as instituições – o que vale dizer, os hábitos mentais – sob orientação das quais os homens vivem, são por assim dizer, herdadas de uma época anterior (...) As instituições são produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, e por conseguinte nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente” (Veblen 1965, p. 179).

¹⁰ A análise histórica no trabalho de North é, portanto, fundamental para se entender os distintos processos de desenvolvimento econômico, pois, para o autor, **a história importa**. A história da evolução das instituições servirá para o autor responder às seguintes perguntas: “Como explicamos a sobrevivência de economias com desempenho persistentemente baixo durante longos lapsos de tempo? [...] O que explica a sobrevivência de sociedades e economias caracterizadas por um mau desempenho persistente? [...] Por que persistem as economias relativamente ineficientes?” (North 1995, p. 121–22).

“aprenderam” a promover o desenvolvimento econômico? A questão-chave, é que o tipo de aprendizado que os indivíduos em uma sociedade adquiriram ao longo do tempo condiciona o desenvolvimento. E, como a natureza do processo de aprendizagem é local, o desenvolvimento econômico é particular e diferenciado entre regiões ou países. O tempo, neste contexto, implica não somente experiências e aprendizado atual, mas também a experiência acumulada de gerações passadas que está enraizada (*embedded*) na cultura.¹¹ Mas, cabe relativizar essa questão: as instituições dos países “que deram certo” não podem ser copiadas, todavia isso não decorre simplesmente da *path dependence* ou das limitações cognitivas dos agentes. Também há interesses (*vested interests*) que podem se opor à introdução de instituições mais eficientes, algo bastante enfatizado por Veblen, conforme os parágrafos anteriores procuraram evidenciar.

A importância do ambiente histórico e social na análise econômica, com ênfase na interdisciplinaridade, é proeminente na análise de Zysman (1994). Este autor enfatiza que as trajetórias de crescimento são criadas historicamente, a partir do desenvolvimento de trajetórias institucionalmente enraizadas. Surge daí a existência de diversos processos ou tipos de desenvolvimento econômico. Neste sentido, as diferentes conformações históricas e institucionais esboçam, nos diferentes contextos regionais, os sistemas nacionais de inovação (SNI),¹² que definem diferenciadas trajetórias tecnológicas. Zysman, com esse argumento funde o pensamento institucionalista com o neo-schumpeteriano, integrando tecnologia e instituição na formação dos vários sistemas nacionais (Conceição 2002, p. 69).

¹¹ Para North (1995), é a mistura de regras formais, normas informais e a característica de implantação o que modela o desempenho econômico. As regras formais podem mudar da noite para o dia, mas as normas informais somente mudam de maneira gradual. Sendo que são as normas informais que dão “legitimidade” a um conjunto de regras, a mudança revolucionária nunca se dá como desejariam os reformuladores (políticos, governantes, etc.), e o desempenho será diferente do esperado. Também, as economias que adotam as regras formais de outra economia terão características de desempenho muito diferentes, devido às diferenças de suas normas informais e de sua implantação. A implicação é que transferir as regras políticas e econômicas formais das “exitosas” economias de mercado do ocidente às economias do Terceiro Mundo não é condição suficiente para um bom desempenho econômico. “A privatização não é uma panacéia para corrigir um desempenho econômico pobre”. A chave para o crescimento, a longo prazo, é a eficiência de adaptação. Todavia, os sistemas políticos e econômicos de êxito têm desenvolvido estruturas institucionais flexíveis que podem sobreviver às “sacudidas” e mudanças, que são parte do desenvolvimento próspero.

¹² O conceito “sistema nacional de inovação” é resultado da elaboração pioneira de Freeman, Nelson e Lundvall, entre outros. As abordagens dos “sistemas nacionais de inovação” enfatizam por um lado a importância dos aparatos institucional e econômico nos quais as firmas se inserem e por outro as interações que as mesmas estabelecem com elementos diferentes de tais aparatos em seus processos inovativos. Segundo Freeman, a variedade de instituições nacionais tem poderosamente afetado a taxa relativa de mudança técnica e o crescimento econômico em vários países. As variações nos sistemas nacionais são de extremo contraste de casos (Freeman 1995, p. 14). Para Nelson o conceito de “sistema nacional de inovação” é o conjunto dos atores institucionais que juntos desempenham o papel principal em influenciar a performance inovativa (Nelson 1993, p. 45). O autor em seus estudos direciona atenção principal para as atividades de P&D das firmas de diversos países como indicador de eficiência inovativa. Entretanto, é Lundvall quem apresenta um avanço nos conceitos anteriores de SNI, acrescentando a relação usuário-produtor e aprendizado por interação (*learning by interacting*). O autor assume que a principal fonte de recursos na moderna economia é o conhecimento e, por conseguinte, o mais importante processo é o aprendizado, e “o aprendizado é predominantemente interativo, portanto, processo que não pode ser compreendido sem se falar de contextos institucional e cultural (...)um sistema nacional inclui elementos e relações, tanto localizadas ou enraizadas nos limites do estado-nação” (Lundvall 1992, p. 1-2).

Dessa forma, a vantagem que um país adquire está relacionada com sua capacidade de aprendizado e com as relações de poder específicas dessa sociedade, que condiciona o processo de inovação e o conseqüente desenvolvimento. Esses aspectos indicam a importância dos fatores econômicos e não-econômicos no processo de aprendizado, inovação e competição enraizados (*embedded*) em cada localidade, imersos na cultura local.

3. Raymundo Faoro: *Os Donos do Poder e suas Modernizações*

Nascido na década de 1920, em Vacaria (RS), o jurista, sociólogo, historiador e cientista político Raymundo Faoro, falecido em 2003, é considerado um dos grandes intérpretes do Brasil. Sua obra seminal intitula-se “*Os Donos do Poder – formação do patronato político brasileiro*”, título dado por seu amigo Erico Veríssimo. Apesar de ser escrito na década de 1950, *Os Donos do Poder* ainda é referência obrigatória para entender como determinadas instituições anacrônicas impedem, limitam e bloqueiam o desenvolvimento econômico brasileiro.

A tese de Raymundo Faoro reside no conceito de “estamento burocrático”, inspirada principalmente na obra de Max Weber.¹³ É, segundo Faoro, a instituição brasileira herdada de Portugal que resiste ao tempo: “De Dom João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo” (Faoro 2001, p. 819). Portanto, a história é longa, devendo-se retornar para as características do Estado português, em formação antes da descoberta da América, para o melhor entendimento da realidade brasileira.

Segundo Faoro, Estado patrimonial, e não feudal, o de Portugal medieval. Estado patrimonial já com direção pré-traçada, afeiçoado pelo direito romano. O autor afirma que as colunas fundamentais, sobre as quais se assentaria o Estado português, estavam presentes, plenamente elaboradas, no direito romano.¹⁴ “Entre

¹³ Max Weber estabelece três tipos básicos de dominação: a racional-legal, a carismática e a tradicional. Na dominação racional-legal a idéia básica é que qualquer direito pode ser criado ou modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma. A associação dominante é eleita ou nomeada e a dominação é exercida e aceita pelos dominados porque há uma crença na validade das regras estabelecidas para escolher o dominador. A dominação carismática dá-se em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. Quanto à forma de dominação tradicional, trabalhada por Faoro, Weber atesta que ele se dá em virtude da crença na santidade das ordenações e dos poderes senhoriais de há muito existentes. Obedece-se a pessoa em virtude de sua dignidade própria, santificada pela tradição: por fidelidade. As relações gerais são reguladas pela tradição, pelo privilégio, pelas relações de fidelidade feudais ou patrimoniais, pela honra estamental e pela “boa vontade” (Weber 2005). Os três casos são “tipos-ideais”, significando que na realidade concreta é difícil encontrar essas formas de dominação em estado puro. Trata-se de um recurso metodológico para enfatizar determinados traços da realidade. Todavia, o recurso metodológico “estamento burocrático” de Faoro é uma inovação, não se encontrando tal conceito na obra de Weber. É uma mescla das formas de dominação tradicional e racional-legal, com maior peso para a primeira.

¹⁴ “O príncipe, com a qualidade de senhor do Estado, proprietário eminente ou virtual sobre todas as pessoas e bens, defini-se, como idéia dominante, na monarquia romana (...) A Inglaterra, mãe do capitalismo, pôde desenvolver seus instrumentos legais e relações econômicas, sem que o direito romano exercesse papel de relevo. A direção que suscitou o recebimento do direito romano será de outra índole: a disciplina dos servidores em referência ao Estado, a expansão de um quadro de súditos ligados ao rei,

o rei e os súditos não há intermediários: um comanda e todos obedecem”. Essa estrutura jurídico-institucional e seus efeitos na ordem econômica repercutiriam no Brasil, segundo atesta o autor:

Patrimonial e não feudal o mundo português, cujos ecos soam no mundo brasileiro atual, as relações entre homem e o poder são de outra feição, bem como de outra índole a natureza da ordem econômica, ainda persistente, obstinadamente persistente (...) Dominante o patrimonialismo, uma ordem burocrática, com o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário, tomará relevo e expressão. Além disso, o capitalismo, dirigido pelo Estado, impedindo a autonomia da empresa, ganhará substância, anulando a esfera das liberdades públicas, fundadas sobre liberdades econômicas, de livre contrato, livre concorrência, livre profissão, opostas, todas, aos monopólios e concessões reais (Faoro 2001, p. 35-36).

Estariam, em Portugal, lançadas as bases para o **capitalismo de Estado**, politicamente condicionado, transplantado posteriormente para o Brasil. A camada dirigente, com o rei em primeiro plano permitiria a expansão do capitalismo comercial, fazendo do Estado uma gigantesca empresa, mas impedindo o capitalismo industrial. Dessa forma, quando o capitalismo nascer no Brasil não encontrará, no patrimonialismo, as condições propícias de desenvolvimento. “A atividade industrial, quando emerge, decorre de estímulos, de favores, privilégios, sem que a empresa individual, baseada racionalmente no cálculo, incólume às intervenções governamentais, ganhe crescimento autônomo” (Faoro 2001, p. 40).¹⁵

A idéia é que sobre a sociedade, acima das classes sociais, o aparelhamento político brasileiro impera, rege e governa, em nome próprio. Cria-se um grupo (estamento) dentro do Estado que se apossa dele. A comunidade política conduz, comanda e supervisiona os negócios “públicos” como negócios privados seus. Existe uma eterna confusão entre público e privado. É o domínio caracterizado pelo patrimonialismo.

Assim, a realidade do Estado patrimonial se estrutura numa comunidade: o estamento. A estratificação social, embora economicamente condicionada, não resulta na absorção do poder pela economia. O grupo que comanda, no qual se instala o núcleo das decisões, não é, nas circunstâncias históricas, uma classe, da qual o Estado seria mero delegado, espécie de comitê executivo. O estamento constitui sempre uma comunidade e seus membros pensam e agem conscientes de pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder. A situação estamental, a marca do indivíduo que aspira aos privilégios do grupo, se fixa no prestígio da camada, na honra social que ela infunde sobre toda comunidade. Para incorporar-se a ele, não há distinção entre o rico e o pobre, o proprietário e o homem sem bens. Ao contrário da classe, no estamento não

sob comando de regras racionais, racionais só no sentido formal” (Faoro 2001, p. 19).

¹⁵ Para Faoro, “os países revolvidos pelo feudalismo, só eles, na Europa e na Ásia, expandiram uma economia capitalista, de molde industrial. A Inglaterra, com seus prolongamentos nos Estados Unidos, Canadá e Austrália, a França, a Alemanha e o Japão lograram, por caminhos diferentes, mas sob o mesmo fundamento, desenvolver e adotar o sistema capitalista, integrando nele a sociedade e o Estado” (Faoro 2001, p. 40-41).

vinga a igualdade das pessoas. O estamento é, na realidade, um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social. A entrada no estamento depende de qualidades que se impõem, que se cunham na personalidade, estilizando-lhe o perfil (Faoro 2001, p. 61).¹⁶

O estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu conteúdo aristocrático, “da nobreza da toga e do título”. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação. Segundo Faoro, o poder tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignata e pobre (Faoro 2001, p. 837).

A democracia, quando formalizada, na realidade será reduzida a uma concorrência de elites. “A história não é senão um cemitério de elites, que correm, ao longo do leito secular, como um rio: a classe dirigente de hoje não será a mesma de ontem”. Nesta dança, orquestrada pelo estamento, não entra o povo: quem seleciona, remove e consolida as chefias é a comunidade de domínio, num ensaio maquiavélico de captação do assentimento popular. Por via desse circuito, torna-se claro que elite e estamento são realidades diversas, articulada a primeira a serviço da segunda, que a define, caracteriza e lhe infunde energia. Os países aprisionados pelo estamento se modernizam, ocidentalizando-se, por via de um plano do alto, imposto à nação (Faoro 2001, p. 109–113).

A esse respeito, Faoro distingue *modernização* de *modernidade*, com vistas a clarear melhor seu entendimento sobre desenvolvimento. Segundo Faoro, retomando o prefácio de *O Capital* de Marx, o desenvolvimento começa com a descoberta da *pista da lei do desenvolvimento*. A questão reside em que uma nação pode aprender com as outras, mas ela não pode saltar etapas por decreto. Existe um eco hegeliano: o desenvolvimento como devenir, como atualização. Desenvolvimento, assim, está ligado à idéia de *modernidade*, que no seu processo compromete toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais. Isto é diferente de *modernização*, que chega e sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Na *modernização* não se segue o trilho da “lei natural”, mas se procura moldar, sobre o país, pela ideologia ou pela coação, uma certa política de mudança. Traduz um esquema político para uma ação, fundamentalmente política, mas economicamente orientada (Faoro 1992).¹⁷

¹⁶ Relembrando os estilos de dominação elaborados por Weber, Faoro, comparando a forma racional-legal com a tradicional para o caso brasileiro, adverte que “as convenções, e não a ordem legal, determinam as sanções para a desqualificação estamental, bem como asseguram privilégios materiais e de maneiras. O fechamento da comunidade leva à apropriação de oportunidades econômicas, que desembocam, no ponto extremo, nos monopólios de atividades lucrativas e de cargos públicos. Significa esta realidade – o Estado patrimonial de estamento – que a forma de domínio, ao contrário da dinâmica da sociedade de classes, se projeta de cima para baixo” (Faoro 2001, p. 62).

¹⁷ O exemplo hegeliano de Faoro para o desenvolvimento é a planta: a planta não se desenvolve por uma força externa, mas a partir de seu germe, que a contém de modo ideal (neste passo tem sentido o que se diz no prefácio da edição de *O Capital* de 1867: *a pista da lei natural do desenvolvimento* – a planta, para se desenvolver, se tivesse consciência, perceberia que se desenvolveria de acordo com o germe, jamais contra ele). O conceito e o exemplo mostram que não é a força externa, uma direção superior, um enxerto, o que desenvolve a planta, que, com o crescimento, apenas muda de forma. A

Na *modernidade*, a elite, o estamento, ou as classes, coordenam e organizam um movimento. Não o dirigem, conduzem ou promovem, como na *modernização*. A *modernização* quer se chame de ocidentalização, europeização, industrialização ou revolução do alto, ao contrário da *modernidade*, cinde a ideologia da sociedade, inspirando-se mais na primeira do que na segunda. Quando a *modernização* se instaura, diz Faoro, como ação voluntária, quem a dirige é uma “classe dirigente” que, na verdade, não reflete passivamente a sociedade sobre a qual atua. “Tal grupo, para mudar o que não vai, ao seu juízo, começa por dissentir da classe dirigente tradicional. O desvio, entretanto, não altera a pirâmide social, nem os valores dominantes” (Faoro 1992). Assim, via *modernizações* o problema da heterogeneidade social não é resolvido.

4. Celso Furtado: Modernização Elitizada e Subdesenvolvimento

O desenvolvimento constitui o tema central do pensamento de Celso Furtado. Desenvolvimento é visto como um processo – um desenvolver –, somente entendido se aprendido em uma dimensão histórica. Dessa forma, a contribuição particular de Celso Furtado ao que ficou conhecido como teoria estruturalista da Cepal foi historicizá-la, mostrando como se estabeleceu a relação entre colônias e metrópoles, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia. Por isso, seu método ficou conhecido como “histórico-estruturalista”.¹⁸

Seu esforço é, principalmente, o de captar a especificidade de nossa sociedade (subdesenvolvimento), explicando como é diferente dos casos “clássicos”, europeus e norte-americano. Furtado procura entender o subdesenvolvimento como um desenvolvimento capitalista singular, *sui generis*. Nesta singularidade, o processo que origina o subdesenvolvimento é mais que puramente econômico ou técnico. É, também, um processo político, de escolhas políticas feitas no domínio das sociedades subdesenvolvidas.

modernidade, ou o desenvolvimento, é o aparecimento de algo adequado ou que o ser comporta, que estava na essência do ser (Faoro 1992).

¹⁸ Segundo o próprio autor: O que se entende por pensamento “estruturalista” em economia não tem relação direta com a escola estruturalista francesa, cuja orientação geral tem sido privilegiar o eixo das sincronias na análise social e estabelecer uma “sintaxe” das disparidades nas organizações sociais. O estruturalismo econômico (escola de pensamento surgida na primeira metade dos anos 50 entre economistas latino-americanos) teve como objetivo principal pôr em evidência a importância os “parâmetros não-econômicos” dos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida desses parâmetros, e a natureza dos mesmos pode modificar-se em fases de rápida mudança social, ou quando se amplia o horizonte temporal de análise, os mesmos devem ser objeto de metucioso estudo. Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas (Furtado 1983, p. 72). Em síntese, a microeconomia constitui um simples conjunto de regras de racionalidade formal e a macroeconomia, um esforço de captação *a posteriori*, e sua tradução em linguagem econômica, de um processo histórico no qual o “econômico” e o “não-econômico” se condicionam mutuamente em todos os instantes. O avanço da análise econômica requer a combinação desses dois enfoques: por um lado o estudo dos processos históricos, ou das realidades sociais globais, e a construção de tipologias referidas aos mesmos; por outro, o aprofundamento na compreensão do comportamento dos agentes econômicos a partir de contextos perfeitamente definidos. Os dois enfoques se completam e mutuamente enriquecem. Que seja necessário combiná-los indica a complexidade do trabalho de teorização na ciência econômica (Furtado 1983, p. 74).

No centro da análise está a difusão do progresso técnico. A difusão do progresso técnico seria nos países desenvolvidos executada de maneira racional e produziria resultados adequados ao contexto social em que foi aplicada. Os resultados adequados referem-se à sua correspondência com a disponibilidade de mão-de-obra e com o nível de acumulação de capital e de excedente econômico daquelas sociedades.

No subdesenvolvimento a história seria outra: a utilização do progresso técnico ou do excedente econômico seria feita desconsiderando-se o nível de acumulação de capital e a disponibilidade de fatores como mão-de-obra e terra desta sociedade.

O argumento é apresentado por Furtado a partir do exemplo histórico do desenvolvimento industrial inglês. Resumidamente, na Inglaterra o desenvolvimento industrial processou-se em duas etapas, sendo a primeira marcada pela elasticidade da oferta de mão-de-obra e a segunda marcada pela escassez de mão-de-obra. Na primeira etapa, responsável pela desarticulação do sistema de produção artesanal, o excedente populacional determinava um baixo poder de barganha dos trabalhadores condicionando os salários reais a situarem-se próximos aos níveis de subsistência. Ao longo do processo, o ritmo de crescimento da acumulação de capital superou o ritmo de crescimento populacional, o que deu início a uma crescente escassez de mão-de-obra. Essa dinâmica caracterizou a segunda etapa, onde a principal característica repousava em que as técnicas intensivas em capital, poupadoras de trabalho, aumentaram a elasticidade da oferta de mão-de-obra, permitindo conciliar elevadas taxas de acumulação com a escassez do fator trabalho. Assim, desde o final do século XIX, com os constantes aumentos de produtividade que se deram via inovações tecnológicas, a economia capitalista industrial pôde admitir elevadas taxas de acumulação com elevação dos salários reais. Isto resultou numa conjuntura em que estavam presentes crescimento econômico e uma melhor distribuição de renda, ou seja, ocorria desenvolvimento com homogeneização social (Furtado 1983).¹⁹

Para Furtado, crescimento econômico é nada mais do que aumento da produção. Todavia, desenvolvimento econômico é o mesmo fenômeno observado do ponto de vista de suas *repercussões* no conjunto econômico de estrutura complexa. Modificações na produtividade acarretam outras modificações na forma como se distribui e utiliza a renda. O desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de

¹⁹ Segundo Celso Furtado, “a mola do processo de desenvolvimento são padrões de comportamento de agentes econômicos que estão em condições de exercer uma forma de *poder*, isto é, de mudar a conduta previsível de outros agentes. No caso dos assalariados, o fundamento do *poder*, que ocasionalmente exercem no sentido de modificar a distribuição da renda em benefício próprio, esta em que, dadas as condições que prevalecem nas sociedades capitalistas, a acumulação de capital tende a ser mais rápida que o crescimento da oferta de mão-de-obra, surgindo uma tendência à escassez relativa deste último fator. Ao exercerem esse *poder*, os assalariados abrem o caminho aos investimentos baseados na difusão de técnicas já conhecidas. No caso dos empresários capitalistas, o *poder* se funda em que eles estão em condições de introduzir invenções e de orientar o progresso técnico. Por essa forma podem intensificar a capitalização e reduzir, em termos relativos, a procura de mão-de-obra” (Furtado 1983, p. 104). A questão reside em que entre as duas *forças*, entre os dois limites, existe ampla faixa na qual o desenvolvimento capitalista encontra seu caminho. O desenvolvimento pode levar a homogeneização ou à heterogeneidade social. Este é o ponto principal da análise de Celso Furtado a respeito da análise do subdesenvolvimento.

acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade (Furtado 1983, p. 80).²⁰

Basicamente, foram as condições arroladas nos parágrafos anteriores que conferiram uma dimensão histórica ao progresso técnico. Segundo Furtado:

Essa técnica, na forma em que se apresenta hoje, incorporada aos equipamentos industriais, resulta, portanto, de um lento processo de decantação, na qual influíram de maneira fundamental condições específicas de algumas nações, sobretudo da Inglaterra e dos Estados Unidos da América, que sob vários pontos de vista constituíram um só sistema econômico, durante grande parte do século XIX. Desta forma, a orientação mesma que assumiu o progresso técnico (...) é resultado de determinado processo histórico. A transposição desses elementos para outro contexto histórico faz surgir uma nova problemática. A teoria do subdesenvolvimento preocupa-se, principalmente, com os problemas surgidos da segunda forma de propagação da técnica moderna (Furtado 1983, p. 134).

Assim, a teoria do subdesenvolvimento de Furtado cuida do caso especial de situações em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação do nível de vida médio da população. Para Furtado, o ponto diferencial entre desenvolvimento e subdesenvolvimento reside na maneira pela qual o excedente econômico é apropriado, utilizado e distribuído. O autor entende que a utilização do progresso técnico e do excedente econômico no subdesenvolvimento não é obra do acaso, mas refere-se a escolhas, sociais e políticas.²¹

Para Furtado, o subdesenvolvimento é uma *opção* por uma forma de apropriação do excedente econômico que confere preponderância ao estilo de vida e ao consumo das elites. Ao invés do excedente econômico ser aplicado prioritariamente em formas de consumo que sejam adequadas a toda a sociedade, elevando o nível de bem-estar geral, esse excedente é utilizado para os bens que as elites consomem.

Mas por que o excedente econômico não é aplicado em formas adequadas a toda a sociedade? Para a explicação desse fenômeno Furtado ampara-se no conceito de *modernização*. *Modernização*, para o autor, é um processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. A característica básica reside em uma dependência cultural, em que grupos que se apropriam do excedente

²⁰ A respeito da evidência histórica apresentada, Furtado tece críticas a Marx: “A experiência histórica, ao demonstrar que o desenvolvimento do capitalismo se faz com salários reais crescentes e sem sensível modificação na distribuição do produto líquido entre assalariados e capitalistas, veio demonstrar que Marx de nenhuma maneira teve razão ao pretender fundamentar sua tese filosófica na análise econômica. Isto não significa, necessariamente, que a tese em si – que o capitalismo é uma etapa histórica da evolução da sociedade humana e que deverá desaparecer para dar lugar a outra forma superior – esteja errada. Essa tese possui um conteúdo evolutivo-finalista e não pode ser negada ou aceita senão no plano dos juízos de valor” (Furtado 1983, p. 34–35).

²¹ “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a natureza das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa particularidade” (Furtado 1983, p. 142).

econômico direcionam-no para imitação de padrões técnicos e de consumo externos a realidade social em que se encontram. Segundo o próprio Furtado,

A tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação de consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da consequente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização (...). O comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação” (Furtado 1975, p. 82).

Os países hoje conhecidos como subdesenvolvidos são aqueles onde ocorreu um processo de *modernização*.²² A existência de uma “classe dirigente” com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito mais alto e impregnada de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos (Furtado 1975, p. 80).

Segundo Furtado, na fase de industrialização, o controle da produção por firmas estrangeiras facilita e aprofunda a dependência, mas não constitui a causa determinante desta. Também, a propriedade pública dos bens de produção tampouco seria suficiente para erradicar o fenômeno da dependência, se o país em questão se mantém em posição de satélite cultural dos países cênicos do sistema capitalista.²³ Para o autor uma sociedade só é independente quando há uma independência cultural (autonomia cultural). Entre as condições objetivas para a existência de uma classe, portanto, estaria a sua autonomia cultural. Nos países periféricos, o processo de colonização cultural radica originalmente na ação convergente das classes dirigentes locais, interessadas em manter uma elevada taxa de exploração para apropriarem-se do excedente e manterem seu padrão de consumo atualizado.

²² A importância desse processo depende da matriz institucional pré-existente. No Brasil, devido à concentração da propriedade territorial e à abundância da força de trabalho na agricultura de subsistência, os aumentos da produtividade beneficiaram principalmente uma pequena minoria. Nos países onde ocorreu a *modernização* sem o desenvolvimento econômico, o processo de industrialização apresenta características muito particulares. O mercado para produtos manufaturados é formado por dois grupos completamente diferentes: um por consumidores de renda muito baixa (maioria da população) e outro por consumidores de renda elevada (minoria). A cesta de bens do primeiro grupo é pouco diversificada e tende a permanecer sem modificações, já que a taxa de salário real é baixa e estável. A cesta de bens de consumo correspondente ao segundo grupo é altamente diversificada e requer um processo de industrialização complexo. A verdadeira industrialização somente será possível se orientada para esse segundo grupo (Furtado 1975, p. 98).

²³ “A idéia, formulada por Marx, segundo o qual um processo crescentemente agudo de luta de classes, no quadro da economia capitalista, operaria como fator decisivo na criação de uma nova sociedade, essa idéia para ser válida requer, como condição *sine qua non*, que as classes pertinentes estejam em condições de gerar visões independentes de mundo. Em outras palavras: a existência de uma ideologia dominante não deveria significar a perda total de autonomia cultural pelas outras classes, ou seja, a colonização ideológica destas” (Furtado 1975, p. 84).

Assim, para Furtado, o subdesenvolvimento é condicionado pela dependência técnica, e em última instância, cultural. A transferência de técnicas para satisfazer novas necessidades que surgem com o processo de *modernização* não implica em que ocorra desenvolvimento econômico. Por isso que o processo de industrialização no Brasil não conduziu o país ao desenvolvimento. A tecnologia adaptada e os padrões de consumo das “classes dirigentes” não correspondem às especificidades dos países subdesenvolvidos. Em razão disso, esse processo de *modernização* somente causou dependência e subdesenvolvimento, pois o crescimento econômico não conduziu à homogeneização social e autonomia cultural.

5. Aproximações e Comparações entre Faoro e Furtado

A intenção desta seção é a de aproximar os principais elementos das obras clássicas de Faoro e Furtado, explicativos do atraso econômico brasileiro. De acordo com a análise feita na seção anterior, a principal preocupação de Faoro e Furtado reside na busca do entendimento do “não-desenvolvimento” econômico brasileiro, do problema da heterogeneidade social que resiste ao tempo. Quais seriam, segundo os autores mencionados, os principais fatores responsáveis pelo não-desenvolvimento econômico brasileiro?

O principal ponto de encontro entre os dois autores para a resposta desta pergunta certamente reside no fato de que, ao longo dos tempos, no Brasil, o capitalismo adquiriu um caráter elitista e não-democrático, provocador de heterogeneidade social. Os dois autores, para explicarem esse fenômeno valem-se do conceito de *modernização*.²⁴ **A *modernização*, de que falam os dois**

²⁴ Existe uma ampla bibliografia que trata sobre o tema *modernização*, mais especificamente sobre a “modernização conservadora” brasileira. Todavia, destacamos que não é objetivo deste artigo, nem há espaço para isso, realizar uma ampla discussão sobre o conceito de “modernização” e suas distintas facetas existentes entre diversos autores da historiografia brasileira. Novamente, não se quer desmerecer outras obras clássicas de “intérpretes do Brasil”, mas sim aprofundar a discussão entre os dois autores propostos no artigo. Mas há referências clássicas que devem ser citadas pela sua importância na interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro. Dentre as principais interpretações, destaca-se a obra clássica de Florestan Fernandes. Em “A Revolução Burguesa” o autor destaca que, diferentemente de outros casos clássicos de revolução burguesa, como a francesa, o processo revolucionário brasileiro não é facilmente identificável em um ponto do tempo, pois no Brasil a peculiaridade que caracteriza a “revolução” é o gradualismo reformista, um processo de ruptura com o Antigo Regime que ocorre ao longo do tempo. Por isso, é um processo de *modernização* conservadora, pois a revolução burguesa seria antes um processo civilizador de longa duração do que um episódio histórico “explosivo”. O marco fundamental da revolução burguesa para Florestan é a Independência. Embora a Independência não tenha representado uma ruptura com os fundamentos materiais da ordem colonial, não haveria dúvidas para o autor de que produziu alterações profundas no estatuto político do país. Rompido o estatuto colonial, a ideologia do Estado Nacional brasileiro teria passado a ser o liberalismo. Mas, segundo Florestan, o liberalismo não teria sido produto de uma profunda transformação econômica nas relações de produção senhoriais. Sobre a questão da ideologia liberal no Brasil pós-Independência a obra clássica é a de Emilia Viotti da Costa. Esta autora sustenta que não se deve superestimar a influência das idéias liberais no Brasil. Analisando os movimentos de 1789 (Inconfidência Mineira), 1798 (Conjura Baiana), 1817 (Revolução Pernambucana), percebe-se logo sua pobreza ideológica. Eram idéias incompatíveis com a realidade brasileira. Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as Instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia. No Brasil, as idéias liberais tinham um sentido mais restrito. As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava.

autores, acarreta um processo de ruptura com a cultura local, que impede com que aflore o capitalismo industrial e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico autônomo.

Não se quer defender que o subdesenvolvimento da economia brasileira se explicaria pelos “processos de modernização” que destruíram a cultura tradicional do país – como se o Brasil, além das culturas pré-colombianas, tivesse tido algum tipo de “cultura tradicional”. A cultura local não foi destruída segundo Furtado e Faoro, está sim fortemente presente no tecido social, mas ela não é entendida pelas “classes dirigentes” como importante para o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. A cultura “boa” não é a local, mas a estrangeira. Por isso a adoção de processos de *modernização*.

“Tupi or not tupi. That is the question”, diria Oswald de Andrade. Na mesma linha argumentativa encontra-se Sergio Buarque de Holanda:

“A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, **somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.**” (Holanda 1995, p. 31); *negritos nossos*).

Dessa forma, desenvolvimento autônomo, de acordo com as particularidades locais, não se manifesta na sociedade brasileira. A degradação cultural ocorre em razão de uma indecisão no sentido da promoção da identidade local.

Para Faoro, “a cultura, que poderia ser brasileira, frustra-se ao abraço sufocante da carapaça administrativa, trazida pelas caravelas de Tomé de Souza, reiterada na travessia de dom João VI” (Faoro 2001, p. 837). Segundo Faoro, o desenvolvimento não pode ser matéria de decretos. A nação, que quer se modernizar sob o impulso e o controle da “classe dirigente” cria uma enfermidade, que a modernidade, quando ela aflorar, extirpa, extirpando os modernizadores. Todos os países que sofreram *modernizações* – Alemanha, Japão, Itália – expulsaram, para que o desenvolvimento se irradiasse ao povo, a elite, a classe dirigente, a burocracia coletivista. Todos revelaram sua identidade cultural, num vôo próprio, dentro do universo, libertos da tradição e da contemplação nacional (Faoro 1992).

Da mesma forma, para Furtado, o desenvolvimento econômico é dependente da autonomia cultural local. Segundo o autor, o que caracteriza as sociedades que se inseriram no comércio internacional como exportadoras de uns poucos produtos

A escravidão constituía-se no limite do liberalismo no Brasil. O comportamento dos revolucionários, com exceção de poucos, era elitista, racista e escravocrata. Liberalismo somente na esfera econômica, na política não. Nesta mesma linha argumentativa, especificamente sobre a “Revolução de 1930” destaca-se a obra de Fonseca (1989), que evidencia esse período da história brasileira como parte do processo revolucionário burguês do Brasil descrito por Florestan, todavia destacando sua relativa importância dentre os demais acontecimentos históricos para o desenvolvimento capitalista brasileiro. Fonseca destaca que apesar da continuidade de muitas instituições anacrônicas ao desenvolvimento capitalista, o governo Vargas provocou rupturas significativas com o padrão de acumulação anterior. Dentre outras obras sobre a *modernização* conservadora, ver Simon Schwartzman (1982) e Velho (1976).

primários, e em fase subsequente conheceram um processo de industrialização com base na substituição de importações (caso clássico do Brasil), é que nelas a acumulação de bens culturais é em grande parte comandada do exterior. A cultura local nesse caso estaria submetida a adaptações, ajustamentos de acordo com a importação de formas de comportamento estrangeiros. Ou seja, para Furtado, o processo de desenvolvimento capitalista do Brasil, caracterizado pelo subdesenvolvimento, apresenta um custo cultural particularmente grande. O processo de *modernização* condena o país a um mimetismo cultural esterilizante. A primeira condição para libertar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se auto-intitulam desenvolvidos, segundo o autor. É necessário assumir a própria identidade (Furtado 2001).

Também, nos dois autores, diversas vezes, é encontrado o termo “classe dirigente” como responsável pela implantação do processo de *modernização*. Para Furtado, é a elite que se apropria do excedente econômico e o utiliza para reproduzir padrões de consumo externos. Em Faoro, a “classe dirigente” liga-se ao conceito de estamento, que como visto anteriormente, é onde habitam as elites. Assim, não há grandes diferenças a respeito de quem se beneficia desse processo, nos dois autores.

As citações abaixo ajudam a evidenciar a aproximação que existe entre os autores, a respeito dos beneficiados e dos excluídos com o processo de *modernização*.

Em vez de buscar a *modernidade*, o Brasil padece de ímpetos de *modernização*, através dos quais se tenta queimar etapas no processo de desenvolvimento. Uma nova *modernização* sepulta a anterior e nenhuma consegue fazer com que o país encontre o caminho para o desenvolvimento. **Impostas por elites pseudodissidentes em favor dos seus interesses, essas *modernizações* mantêm a maioria da população alijada de benefícios sociais elementares** ((Faoro 1992, p. 22); negritos nossos).

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular ((Furtado 1975, p. 109); negritos nossos).

A mudança econômico-social, fundamental, enrijecida num quadro estável, será um povo em permanente processo de *modernização*. Moderniza-se o país – prolongando-se em outra nação –, ajustando, acomodando, com as mercadorias e as técnicas externas. A conduta vai desde o macaquear imitativo até ao cuidado de dotar o país dos benefícios técnicos das nações adiantadas, com meios próprios de sustentação interna. **O processo, todavia, em todos os níveis, gera mal-estar íntimo, com os modernizadores atuando sob o pressuposto da incultura, senão da incapacidade do povo** ((Faoro 2001, p. 835); negritos nossos).

Se se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos, torna-se evidente que o avanço do processo de industrialização depende de

aumento da taxa de exploração, isto é, de uma crescente concentração de renda. Em tais condições, o crescimento econômico tende a depender mais e mais da habilidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais (Furtado 1975, p. 88); **negritos nossos**).

Furtado e Faoro apontam, sempre, como causa última do padrão de desenvolvimento capitalista brasileiro, anti-social e heterogêneo, o não afloramento cultural local, que seria o fator necessário para a existência de um desenvolvimento autônomo, particular, idiossincrático. Também, nos dois autores, há uma espécie de “agilidade” das classes dirigentes para que a cultura local não afluente.

Em Faoro, essa situação aparece através da capacidade que o “estamento burocrático” cria nos indivíduos de dependência para com o Estado. A visão é a de que a “classe dirigente”, radicada no estamento, considera os indivíduos incapazes, **incultos**, como na citação acima. É por isso que “tudo é tarefa do governo, tutelando os indivíduos, eternamente menores, incapazes ou provocadores de catástrofes, se entregues a si mesmos” (Faoro 2001, p. 103). O Estado assim se confunde com o empresário. Organiza o comércio, incrementa a indústria, assegura a apropriação de terra, estabiliza preços, determina salários, tudo para o enriquecimento da nação e o proveito do grupo que a dirige. Desenvolve-se o capitalismo de Estado, e não o industrial.

Em Furtado, o *mimetismo cultural*, criado pelo processo de *modernização*, implantado pelas elites, faz com que localmente não se desenvolva a capacidade criativa do homem, vital para o desenvolvimento técnico. As consequências culturais dessa transformação do papel do agente que se apropria do excedente são consideráveis. À diferença daqueles que legitimavam a apropriação de parte do excedente com a propriedade da terra ou com o aventureirismo em terras alheias, o empresário industrial tende a formar de si mesmo uma imagem de “criador de progresso”. Graças a ele novas oportunidades de emprego estão sendo criadas e novas formas de ascensão social tendem a surgir. Uma economia industrial, para Furtado, tem como característica básica o fato de que nela o empresário procura reinverter os seus lucros aperfeiçoando os métodos de produção (Furtado 1983, p. 127–128).²⁵

Faoro explicaria essa falta de criatividade do brasileiro a partir da institucionalização do espírito aristocrático da monarquia, que opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, despachou o desenvolvimento da burguesia, a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio. Essa monarquia, tendo a visão da incapacidade

²⁵ Para Furtado (1983), um ponto importante do desenvolvimento de uma economia industrial diz respeito à grande valorização da pesquisa empírica. Melhorar os métodos de produção pressupõe, evidentemente, um conhecimento progressivo da estrutura do mundo físico e consequente valorização das ciências naturais. Significa, também, incorporar recursos ao processo produtivo. A principal causa desse processo será o incremento de produtividade, aumento da renda global e, portanto, expansão do mercado interno. Cabe, assim, à técnica papel central na economia industrial. E como a técnica não é outra coisa senão a aplicação ao sistema produtivo do conhecimento empírico ou científico do mundo físico, pode-se afirmar que a economia industrial só encontra limites de expansão do lado da oferta, na própria capacidade do homem para penetrar no conhecimento do mundo em que vive.

do povo, de sua incultura, acostumado o povo a servir, habituou-o “à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu; ainda hoje não a compreende, nem sabe usar dela” (Faoro 2001, p. 105).

Quanto ao papel do Estado, enquanto o historiador weberiano vê no capitalismo de Estado o grande empecilho para que se implante no Brasil uma ordem democrática no Brasil, Furtado vê na orientação do Estado, que “socializa prejuízos e privatiza lucros”, o principal obstáculo para tanto. Portanto, a situação para o atraso e/ou subdesenvolvimento, para os autores, passa fundamentalmente pela mão do Estado. Todavia, a saída desse padrão é muito mais difícil, senão impossível, para Faoro do que para Furtado.

Segundo Faoro, dentro do “estamento” o povo não aparece. “A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou”. A minoria governa sempre, em todos os tempos, em todos os sistemas políticos. A democracia é apenas formal, de papel. O problema principal do “estamento” é que ele não é uma fase da história. É uma marca do Brasil.²⁶ Na peculiaridade histórica brasileira, a “classe dirigente” atua em nome próprio, servida dos instrumentos políticos derivados de sua posse do aparelhamento estatal.²⁷

Já Furtado vê que é função do Estado fazer com que o excedente econômico e os avanços técnicos sejam empregados de acordo com as condições sociais e econômicas da sociedade. O padrão das elites locais, que decidem e optam pela via da *modernização*, influenciado pelo que ocorre nos centros capitalistas, é “irracional”. É, portanto, uma *decisão* política interna que não leva em conta a sociedade nacional, apenas uma minoria. Consequentemente, cabe ao Estado incitar a mudança estrutural. A questão principal é que na análise de Furtado, a mudança é possível, via planejamento estatal.

Mas, apesar de ser possível o desenvolvimento via planejamento estatal, há ecos de Faoro na análise de Furtado. A mudança deve ser não-autoritária. Ou seja, não cabe ao Estado tentar transformar a sociedade. Nas análises de Furtado recorrentemente é atestada a falta de democracia política, de legitimidade política do Estado, e de liberdade individual. O planejamento de Estado de Furtado seria, após alcançar-se à autonomia cultural, a coordenação e organização de um movimento que compromete toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de

²⁶ A principal crítica que se faz a Faoro é a sua tendência de atribuir ao patrimonialismo político brasileiro um caráter absoluto e imutável no tempo. A esse respeito ver especialmente (Schwartzman 1982, cap. 3) e Fonseca (1989). Este último autor inclusive denomina essa característica imutável do “estamento burocrático”, ao longo dos tempos, de um “conteudismo metafísico” na análise interpretativa de Faoro sobre o Brasil, não havendo no processo rupturas, mas tão somente continuidade.

²⁷ “O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos. O comitê executivo, agarrado às rédeas, representa um segmento que se apropria do Estado, sem condescendência com a presumível vontade do povo. A nação só não deve se organizar para se converter em inimiga. O contato entre governo e governados, distante, frio, indiferente, só ganha dramaticidade nesse limite extremo, no limiar da conduta que despoja o povo de sua honra e do pão. Fora daí, pela violência ou pela astúcia, com mão suave ou com mão severa, tudo se permite, contando que não se quebre a comunidade armada junto da Coroa” (Faoro 2001, p. 108).

todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais com homogeneização social; ou seja, desenvolvimento, ou modernidade, da qual fala Faoro.

Assim, outra aproximação entre os autores reside no conceito de desenvolvimento econômico. É um conceito distinto de crescimento econômico, que poderia assemelhar-se com *modernização*, que visa acumular, somar, progredir. Assim, para os dois autores, *modernização* não se liga a desenvolvimento; antes o contrário, à subdesenvolvimento, atraso, dependência. Desenvolvimento para Faoro dá-se com *modernidade*, que atualiza, aperfeiçoa, desenvolve a sociedade. É análogo ao conceito de desenvolvimento de Furtado que aponta para variáveis não-econômicas, para mudanças dos parâmetros da sociedade, principalmente para o problema estrutural da heterogeneidade social.

6. Análise Institucionalista e Neo-Schumpeteriana de Faoro e Furtado

Relendo o exposto das análises dos autores, como interpretá-los sob um enfoque evolucionista? É possível a aproximação? Fatores tecnológicos e a matriz institucional local influenciam a trajetória capitalista do Brasil? Acredita-se que através do enfoque evolucionista pode-se identificar em Faoro e Furtado elementos como custos de transação, dependência da trajetória, emulação pecuniária e paradigmas tecno-econômicos, importantes para uma melhor análise histórica do atraso brasileiro.

Para Douglass North, algumas economias podem criar instituições que estimulem o crescimento, sendo que outras criam instituições que provocam o estancamento. Assim, o processo histórico de uma sociedade só pode ser compreendido, pelo autor, através da análise de sua dinâmica institucional. Matrizes institucionais eficientes, para North, requerem um grau de cooperação entre os agentes elevado. Em uma economia de mercado caracterizada por inúmeras trocas, na falta de cooperação, as instituições induzem ou restringem o comportamento individual em favor da cooperação. Assim, em sociedades que apresentam direitos de propriedade bem definidos as trocas impessoais, de mercado, ocorrem de maneira mais eficiente. Todavia, economias de mercado que apresentarem em sua matriz institucional critérios personalistas de troca tendem a apresentar elevados custos de transação. As formas mais impessoais são mais eficientes porque reduzem os custos de transação entre as partes.

Dessa forma, há uma aproximação especial entre North e Faoro que pode ser encontrada no conceito desenvolvido pelo institucionalista, que é o da “dependência da trajetória”.²⁸ Segundo North, a colonização latino-americana

²⁸ Em particular, North (1993) aplicou este conceito (*path dependence*) à explicação das diferenças sócio-econômicas observáveis entre Estados Unidos e América Latina. Sua tese atribui diferenças históricas de desempenho econômico à dependência institucional. Realmente, as instituições britânicas foram desenvolvidas em claro contraste com o quadro antes descrito. A transferência, feita pelas colônias Norte-americanas, das instituições britânicas, produziu uma história econômica caracterizada por um sistema político federal, de controles e contrapesos e de sujeição do poder ao Direito, e uma estrutura básica de direitos de propriedade, que incentivaram o longo desenvolvimento da inovação (uso consistente do potencial da tecnologia moderna), da produção e da troca. Ou seja, criaram-se instituições

foi fundamentalmente institucionalizada como uma monarquia fortemente centralizada, apoiada numa burocracia civil, militar e religiosa, com um Parlamento inexistente ou debilitado, sem poder judicial independente e com um alto grau de interferência do Estado na economia. A Coroa e suas burocracias, apoiadas pelos proprietários de monopólios ou patentes reais, formaram uma coalizão que não só impediu o desenvolvimento do Parlamento, mas também não incentivou necessariamente a livre empresa, pois não estavam definidos nem assegurados os direitos de propriedade, nem o respeito dos contratos. Em outras palavras, o forte intervencionismo econômico e o poder arbitrário impediram o aparecimento de uma sociedade civil autônoma e pujante. Para North (1995), os sistemas coloniais são como espelhos que aumentam as virtudes e os hábitos ruins das metrópoles.

Portanto, há um claro ponto de encontro com Faoro, pois em sua análise as instituições de Portugal foram transplantadas para o Brasil, condicionando sua trajetória ao longo do tempo. Esta implícito na análise de Faoro seu desejo por liberalismo, principalmente político, pois o capitalismo de Estado condiciona a ineficiência econômica e, conseqüentemente ao atraso. Em Faoro, como colocado anteriormente, é recorrente a afirmativa da falta de relações impessoais via mercado, geradas no seio do aparelhamento burocrático, que impedem o afloramento do capitalismo industrial. Dentre tantas, uma citação pode evidenciar melhor a aproximação que existe entre o autor e a abordagem de Douglass North, onde a matriz institucional brasileira certamente caracteriza-se por elevados custos de transação em decorrência do estamento burocrático que institui na sociedade um alto nível de relações pessoais.

“Da mole de documentos, sai uma organização emperrada, com papéis que circulam de mesa em mesa, hierarquicamente, para o controle de desconfianças futuras. Sete pessoas querem incorporar uma sociedade? O governo lhes dará autorização. Quer alguém fabricar agulhas? O governo intervirá com a permissão ou o privilégio. O fazendeiro quer exportar ou tomar empréstimos? Entre o ato e a proposta se interporão um atoleiro de licenças. Há necessidade de crédito particular? O ministério será chamado a opinar. O carro, depois da longínqua partida, volta aos primeiros passos, enredado na reação centralizadora e na supremacia burocrático-monárquica, estamental na forma, patrimonialista no conteúdo. Um aparente paradoxo: o Estado, entidade alheia ao povo, superior e insondável, friamente tutelador, resistente a nacionalização, gera o sentimento de que tudo pode e o indivíduo quase nada é” (Faoro 2001, p. 452).

Segundo Faoro, esta realidade impede a calculabilidade e a racionalidade, fazendo com que não flua o capitalismo industrial. O capitalismo possível será o politicamente orientado – “a empresa do príncipe para a alegria da corte e do estado-maior de domínio que a aprisiona”. A indústria, a agricultura, a produção, a colonização será obra do soberano, por ele orientada, evocada, estimulada, do alto,

que promoveram o desenvolvimento econômico e social. Por outro lado, na história latino-econômica, perpetuou a tradição centralizada e burocrática da herança hispânico-portuguesa. North afirma que as “regras” institucionais distintas da Inglaterra e de Espanha e Portugal se estabeleceram pelo Novo Mundo, não convergindo seus conseqüentes desempenhos econômicos.

em benefício nominal da nação. Onde há atividade econômica lá estará o delegado do rei, o funcionário, para compartilhar de suas rendas, lucros, e, mesmo, para incrementá-la (Faoro 2001, p. 103).²⁹

Um conceito, muito empregado no “velho institucionalismo” norte-americano, que ajuda a explicar a persistência de tais hábitos ruins da metrópole, da qual se pode derivar a estabilidade do estamento ao longo do tempo e o próprio processo de *modernização* enfatizado por Faoro e Furtado, é o de **emulação pecuniária**. Segundo Veblen (1965), em sua “A Teoria da Classe Ociosa”, após uma determinada sociedade instituir a propriedade como grau de riqueza do indivíduo, ela provoca nos hábitos sociais um comportamento de consumo competitivo, no qual os indivíduos procuram estabelecerem-se no padrão social do grupo dominante, na elite.

“Emulação tem efeito fortemente debilitante sobre os estratos inferiores de uma sociedade estratificada. Torna-os desejosos de copiar os estratos superiores, tornando-os melhores. Assim, ao invés de superarem o sistema, amarram-se a ele, onde a competição por *status* absorverá todas suas energias e emoções. Ambiciosos, os homens e mulheres dos estratos inferiores não perturbam o *status quo*. Desejam ser parte dele – a mais alta –, substituindo qualquer sentimento de injustiça, que possam abrigar. Esta é a mensagem da Teoria da Classe Ociosa de Veblen” (Dugger *apud* (Conceição 2002, p. 99)).³⁰

Conforme Faoro, na característica aristocrática do estamento burocrático, “o consumo improdutivo lhes transmite prestígio, prestígio como instrumento de poder entre os pares do príncipe, sobre as massas, sugerindo-lhes grandeza, importância, força” (p. 103). “Com o poder, e só por meio dele, vem, por acrescentamento, a nobilitação. No contexto, o funcionalismo será a profissão nobre e a vocação

²⁹ North faz uma distinção entre a organização da produção de um país de Terceiro Mundo e de um país industrial avançado, constatando as consequências de direitos de propriedade mal definidos e pouco efetivos. Problemas comuns como ter que esperar dois anos para que se instale um telefone requer uma organização da produção diferente da que se requer em um país adiantado. “Um suborno bastará para a instalação rápida do telefone; mas os injustificados custos resultantes da transação alteram significativamente os preços relativos e consequentemente a tecnologia empregada”. Não somente o marco institucional terá altos custos de transação, mas também a insegurança dos direitos de propriedade darão por resultado o uso de tecnologias que empregam pouco capital fixo e que não significam acordos a longo prazo. A estrutura institucional tem custos elevados devido à falta ou ausência de salvaguardas formais aos direitos de propriedade, restringindo a atividade a sistemas de trocas especializados que proporcionam tipos auto-reforçantes de contratos. Com isso, há algo a mais que simples custos elevados de transação nos países de Terceiro Mundo, sendo que o marco institucional que determina a estrutura básica de produção tende a perpetuar o subdesenvolvimento (North 1995, p. 90-93).

³⁰ Segundo o próprio Veblen, “aos olhos da comunidade os homens de prestígio precisam ter atingido um certo padrão convencional de riqueza (...) Os membros da comunidade que não atingem este padrão de proeza ou de riqueza sofrem na estima de seus companheiros; consequentemente sofrem também na sua própria estima, já que a base usual da própria estima é o respeito dos outros (...) Nas comunidades em que a propriedade dos bens é particular, tem o indivíduo, para sua própria paz de espírito, de possuir tanto quanto os outros de sua classe; e é extremamente agradável possuir alguma coisa mais que os outros (...) O indivíduo normal, enquanto tal comparação lhe é distintamente desfavorável, vive cronicamente descontente com a própria situação; e logo que ele atinge o que pode chamar de padrão pecuniário médio da comunidade ou de sua classe na comunidade, aquele descontentamento crônico se transforma num esforço impaciente para se distanciar cada vez mais de tal padrão. A comparação odiosa entre indivíduos nunca se torna tão favorável a um deles, que este se descuide de tentar colocar-se ainda mais alto relativamente a seus concorrentes na luta pela honorabilidade pecuniária” (Veblen 1965, p. 43-44).

de todos. Tomem-se, ao acaso, vinte ou trinta brasileiros em qualquer lugar onde se reúna a nossa sociedade mais culta: todos eles foram, ou são, ou hão de ser, empregados públicos; se não eles, seus filhos” (Faoro 2001, p. 448). Do exemplo de Faoro, extraísse que, de acordo com a matriz institucional do Brasil, todos desejam participar do estrato mais alto da sociedade, que é o estamento burocrático, para auferirem prestígio, poder e consumo improdutivo.

Celso Furtado chega a indicar que uma “saída teria exigido a ruptura com o processo de *modernização*, o que dificilmente se faria sem convulsão social (...) Por em andamento um processo político que, pela magnitude dos interesses que contraria, somente se produz no quadro de uma convulsão social” (Furtado 1992, p. 43). Mas, através do conceito de emulação, pode-se entender melhor a estabilidade do *status* quo na sociedade brasileira e o processo de *modernização*. Não há revoluções vindas de baixo porque os estratos mais baixos, na realidade, não desejam mudar o sistema, mas algum dia também usufruir dele. Via emulação pecuniária, também, a elite brasileira reproduz padrões de consumo típicos de países desenvolvidos, caracterizando o processo de *modernização*, da qual fala Furtado.³¹ Assim, há um círculo vicioso, onde as elites adaptam padrões culturais de estratos sociais modernos, que são externos, estranhos as particularidades locais e geram, por conseguinte heterogeneidade social. Aliado a isso, a massa da população excluída emula a elite local, no desejo de alcançar o estrato superior. A consequência, inevitável, é a ruptura com a cultura local.

O processo de *modernização*, gerador de heterogeneidade social, também pode ser entendido pela análise neo-schumpeteriana. Segundo os neo-schumpeterianos, cada época histórica é marcada por uma ou duas inovações radicais que acabam influenciando toda a economia. A partir daí, eles construíram o conceito de “paradigma técnico-econômico”.³² Importante, nesta análise paradigmática, é que somente países que se engajam com sucesso em cada paradigma conseguem se

³¹ Pobres Elites Iluminadas, diz Luiz Carlos Bresser Pereira, retomando a tese de Celso Furtado. Segundo Bresser Pereira, “poderíamos chamar de democracia de elites a última forma que assume a política de elites em sua transição para a democracia. No Brasil temos uma longa história de política autoritária de elites, e uma curta história de democracia de elites. Em todos estes 500 anos aspiramos ou por um monarca iluminado ou por elites iluminadas. Não os tivemos, nem conseguimos desenvolver o país e torná-lo uma verdadeira nação”. É o consumo das elites, e não o consumo dos pobres, que leva o déficit público e ao populismo cambial, diz Bresser Pereira referindo-se as políticas implantadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Não são os pobres que adquirem bens importados, nem que viajam para o exterior. As elites fracassam na sua missão de dirigir o país, reproduzem a ideologia externa. O que lhe interessa é saber o que os estrangeiros pensam do Brasil, não o que o Brasil pensa sobre seu futuro. Segundo o autor, a democracia deve ser aprofundada no Brasil: camadas mais amplas da sociedade devem se envolver no debate público estabelecendo limites para a alienação das classes médias altas. Deve ser substituída a democracia de elites por uma democracia de sociedade civil Bresser Pereira (2000).

³² O aspecto central é que o surgimento de um paradigma tecno-econômico não pode ser entendido sem a presença do “fator-chave” (*key factor*). O “fator-chave” tem de proporcionar uma queda rápida nos custos relativos. Também, tem de ter uma disponibilidade de oferta muito grande, por um tempo relativo e apresentar claro potencial de uso em todos os processos e produtos do sistema produtivo – pervasidade do “fator-chave” – justamente para minimizar a incerteza. A cada paradigma tecno-econômico, esse “fator-chave” é produzido por um conjunto de indústrias que vão se tornar indústrias motrizes e encadear-se com outras indústrias. “O resultado é um rejuvenescimento gradual de toda a estrutura produtiva, de modo que as indústrias maduras podem voltar a comportarem-se como indústrias novas, quanto ao dinamismo, produtividade e rentabilidade” (Perez 2001, p. 123).

desenvolver. Nesses termos, um país desenvolvido, para continuar na fronteira tecnológica, deverá adaptar-se ao “novo” para o contínuo desenvolvimento. Se não se adaptar, certamente será ultrapassado por outros, e seu processo de desenvolvimento será interrompido. Da mesma forma, um país atrasado, que não aproveitar os benefícios do novo paradigma, certamente continuará subdesenvolvido.

Assim, é justamente com o surgimento de novos paradigmas que se abrem “janelas de oportunidade”, que podem ser desperdiçadas caso não se criem instituições apropriadas e eficazes para aproveitá-la. As novas tecnologias, de caráter revolucionário, lançam oportunidades inéditas para se alcançar o desenvolvimento. Durante a transição entre paradigmas, abrem-se, simultaneamente, duas janelas de oportunidade: no início do novo paradigma, quando ainda estão se difundindo as novas tecnologias, e outra na fase final do antigo paradigma, em sua fase de maturação, quando a tecnologia já é acessível e facilmente adaptada. Quando se difundem novas tecnologias, essas geram grandes margens de lucro. É esse “lucro extraordinário” que acarreta desenvolvimento.³³ Caso se considerar que este processo ocorra sob uma fase de um paradigma no qual as tecnologias encontram-se maduras e a industrialização de um país parta da adaptação das mesmas, é um ponto de partida custoso e não rentável, embora fácil (Perez 2001, p. 118).

A análise é próxima à de Furtado. “Uma teoria da economia industrial tem necessariamente que trazer dentro de si uma explicação do desenvolvimento econômico” (Furtado 1983, p. 128). É exatamente o esforço dos neo-schumpeterianos para explicar o desenvolvimento através da mudança técnica. Furtado, como já enfatizado inúmeras vezes no artigo, atesta para que o crescimento e os aumentos de produtividade nas economias subdesenvolvidas resultam da assimilação de técnicas concebidas nos países que, historicamente, lideram o processo de desenvolvimento industrial e comandam a orientação do progresso técnico. O processo de *modernização*, incorporando tais tecnologias, causa um problema estrutural, principalmente de desemprego, pois a técnica adequada à disponibilidade de fatores e recursos dos países desenvolvidos não adapta-se perfeitamente a matriz institucional local.

Ora, o processo de modernização, que ocorre de tempos em tempos, dá-se exatamente nas fases de transição paradigmática. Todavia, as “janelas de oportunidade” aproveitadas pelo Brasil deram-se nas fases de maturidade tecnológica; caminho fácil, mas não autônomo. Por exemplo, em meados do século XX, quando o paradigma “fordista” encontrava-se já em fase de esgotamento de seu potencial inovativo e o seu nível tecnológico em fase de maturação,

³³ A revolução da produção em série se cristalizou em torno de 1910 e chegou à maturidade nos anos sessenta e setenta, e a revolução informática vem se difundindo desde os anos setenta. Os países que se industrializaram no final do século XIX puderam participar do paradigma “fordista” desde suas fases iniciais, logrando um desenvolvimento com elevados lucros. Já países que industrializaram-se em meados do século XX encontraram um paradigma tecnológico maduro e, portanto, não puderam participar das fases de crescimento determinantes do desenvolvimento.

o Brasil adaptou o seu parque industrial a esse padrão de produção, através do modelo de “substituição de importações”. Hoje em dia o país inicia seu processo de reestruturação industrial baseado nos princípios do paradigma microeletrônico, que iniciou-se em meados de 1970 nos países desenvolvidos. Vejamos a retrospectiva histórica: entre 1770 a 1830, o fator-chave foi o algodão; em seguida (de 1830 a 1880), foi o carvão, quando a indústria de transportes mudou a estrutura de custos relativos da economia; no terceiro período (1880 a 1930), caracterizado pela industrialização pesada, veio o aço e, no quarto (1930 a 1980), a energia, particularmente o petróleo, que alavancou o paradigma da produção em massa fordista. Hoje o fator-chave são os chips – elemento central da indústria microeletrônica responsável pelo surgimento do paradigma da informação (Freeman e Perez 1988). Nota-se pelas datas, que em todos esses paradigmas techno-produtivos, o Brasil sempre incorporou-se somente no seu final. Nunca foi o inovador de nenhum nem engajou-se nas fases iniciais. Portanto, somente no final, pela via fácil, “na modernização”, reprodutora do subdesenvolvimento.

Estas modernizações não são capazes de proporcionar um desenvolvimento, pois o potencial de inovação das tecnologias transplantadas está em boa medida esgotado, restringindo-se somente à adaptação de tecnologia estrangeira. O que os neo-schumpeterianos evidenciam é que somente através de esforços inovativos, que são locais, via aprendizagem sobretudo interativa, torna-se possível desenvolver-se. Portanto, inovação tecnológica, que gera desenvolvimento, é completamente diferente de adaptação de técnicas estrangeiras. Segundo o próprio Furtado, “o progresso tecnológico será assimilado na aparência, mas os seus melhores frutos não serão colhidos” (Furtado 1968, p. 42). Também Faoro: “A utilização técnica do conhecimento científico, uma das bases da expansão do capitalismo industrial, sempre foi, em Portugal e no Brasil, fruta importada” (? , p. 82).

Dito isso, a abordagem evolucionista indica que estratégias de desenvolvimento carecem de inovações institucionais, o que não exclui a imitação. Entretanto, o desenvolvimento econômico deriva de estratégias domésticas, e não do mercado mundial. Pressuposto fundamental é evitar modismos, como que ocorrem em processos de *modernização* (por exemplo: Europa nos anos 1970, Japão nos anos 1980, EUA nos 1990, China no início do século XXI). O que a história ensina é que justamente existe diversidade de estratégias de desenvolvimento, e não um modelo único.

Dessa forma, a abordagem evolucionária, levando em consideração a história, as instituições e a mudança técnica, ajuda a reler interpretes do Brasil como Furtado e Faoro que preocuparam-se em desvendar as razões do “não-desenvolvimento” econômico do país. Fica claro que um processo de *modernização* não leva em consideração as particularidades locais, resultando em problemas de adaptação de instituições e tecnologias que evoluíram em contextos distintos e que transplantados acarretam problemas estruturais na sociedade brasileira. E o que é pior, é que processos de *modernização* não deixam emergir a identidade cultural local, gerando elevados custos de transação, emulação pecuniária entre classes sociais, persistência do *status quo* e rigidez institucional. Como diria Faoro, “esta doença não mata,

mas paraliza” (Faoro 2001, p. 104).

Baseado nos neo-schumpeterianos e institucionalistas, ao recorrer-se às obras de Raymundo Faoro e Celso Furtado, com vistas a entender a trajetória particular de desenvolvimento capitalista do Brasil, a quadro é desanimador para quem almeja a implementação de uma estratégia de desenvolvimento. O que os autores evolucionários identificam como indispensável para que ocorra desenvolvimento são estratégias baseadas na cultura local, na identidade idiossincrática dos agentes. Segundo Faoro e Furtado, é justamente isto que a “classe dirigente” sempre soube, ou preocupou-se, de impedir de desenvolver-se. Assim, ao que parece, a mudança técnica e institucional, no Brasil, foi, e é, comandada pelas elites dirigentes, preocupadas somente com sua situação, não com a verdadeira identidade nacional. A mudança vem imposta de cima, não elabora por quem está embaixo. Portanto, a respeito dos conceitos de desenvolvimento econômico, de Faoro e Furtado discutidos anteriormente, no Brasil esse fenômeno ainda está por acontecer.

7. Conclusões

O texto procurou demonstrar que existem algumas aproximações relevantes, no que se refere à interpretação do Brasil, entre Raymundo Faoro e Celso Furtado. Quiçá a mais acentuada seja, exatamente, a tese principal dos autores para explicar o atraso, ou subdesenvolvimento brasileiro. Ambos atestam que são as “classes dirigentes” que ao promoverem *processos de modernização* acarretam a estratificação social característica da trajetória capitalista do Brasil. Também, para os dois autores, as *modernizações*, vindas de cima, acabam por adaptar técnicas, padrões de consumo e uma cultura estranha à verdadeira identidade nacional, fazendo com que o país não apresente uma estratégia local, particular, de desenvolvimento econômico.

Faoro enfatiza que a principal consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira. Furtado realça que o processo de *modernização*, imposto pelas elites dirigentes, traz consigo o mimetismo cultural, causa última do problema estrutural da sociedade brasileira que é a heterogeneidade. Nos dois intérpretes do Brasil é recorrente a aflição que eles demonstram pelo descaso feito pelas “classes dirigentes” para com a identidade nacional.

Além do mais, pelo marco analítico evolucionista arquitetado na Seção 2 ficou explícito que a possibilidade de convergência de trajetórias de desenvolvimento entre países, que justamente os processos de modernizações tentam alcançar, é meramente fato ocasional. Os processos de desenvolvimento econômico são entendidos através de uma dinâmica evolucionária, histórica, que têm identidades enraizadas em ambientes locais. Assim, sob o enfoque evolucionista, encontrou-se elementos que ajudam a explicar a constância do atraso brasileiro. Em tal abordagem, fatores de larga duração exercem influência relevante sobre o presente e o futuro. Os principais conceitos evolucionistas encontrados em Faoro e

Furtado referem-se à dependência da trajetória (*path dependence*), custos de transação, a emulação pecuniária e a incompetência adaptativa aos paradigmas tecno-econômicos.

O forte intervencionismo econômico e o poder arbitrário do Estado impediram o aparecimento de uma sociedade civil baseada em relações impessoais, o que acabou gerando elevados custos de transação na economia brasileira e ineficiência das atividades industriais. Aliado a isso, a problemática da emulação pecuniária acaba gerando um círculo vicioso da pobreza. As elites emulam sociedades estrangeiras e os estratos mais baixos da população emulam as elites, rompendo ambos com a cultura local. A consequência é a permanência do *status quo* e a persistência no tempo dos processos de *modernização*. Tais *modernizações*, que ocorrem somente em períodos de maturação tecnológica, no final dos paradigmas tecno-econômicos, não acarretam desenvolvimento, pois o potencial inovativo das tecnologias adaptadas sempre está em boa medida esgotado.

Como pensar em estratégias de desenvolvimento econômico tendo como pano de fundo essa situação? Existe realmente uma identidade cultural capaz de potencializar a capacidade criadora do homem brasileiro, a criatividade da qual fala Celso Furtado como pressuposto básico para o desenvolvimento industrial? Ou será que a civilização brasileira, segundo Raymundo Faoro, genuinamente é “marcada pela veiedade, uma sombra que ambula entre as sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora”? Acredita-se que essas questões podem tornarem-se mais lúcidas através da adoção de “outros” instrumentos analíticos que ressaltam que o Brasil possui especificidades locais, onde valores, cultura, normas, regras, direitos, política (arcabouço institucionalista) somam-se a rotinas, busca, seleção, *catching-up*, trajetória e paradigmas tecnológicos (tratamento neo-chumpeteriano-evolucionista), importando-se como instrumentos de análise. São questões de pesquisa futura, onde o abandono do individualismo metodológico é fundamental, caso contrário, todos continuarão, teoricamente, a ter o mesmo comportamento, e o mimetismo cultural se justificará em estudos sobre desenvolvimento econômico.

Referências bibliográficas

- Abramovay, R. (2001). Desenvolvimento e instituições: A importância da explicação histórica. In Arbix, G., Zilbovicius, M., & Abramovay, R., editors, *Razões e Ficções do Desenvolvimento*. UNESP/EDUSP, São Paulo.
- Arend, M. & Cario, S. A. F. (2004). Instituições, inovações e desenvolvimento econômico. In *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*, Uberlândia, MG. SEP.
- Bresser Pereira, L. C. (2000). Pobres elites iluminadas. *Estudos Avançados*, 14(38):235–246.
- Bueno, N. P. (2003). A nova economia institucional e a historiografia clássica do período colonial brasileiro. In *ABPHE*, Caxambu, MG. ABPHE.
- Conceição, O. A. C. (2002). *Instituições, Crescimento e Mudança na Ótica Institucionalista*. PhD thesis, FEE.
- Costa, E. V. (1987). *Da Monarquia à República*. Brasiliense, São Paulo, 5a. edition.
- Faoro, R. (1992). A questão nacional: A modernização. *Estudos Avançados*, 6(14).
- Faoro, R. (2001). *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Globo, São Paulo, 3a. edition. Rev.
- Fernandes, F. (1973). *A Revolução Burguesa no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro.
- Fonseca, P. C. D. (1989). *Vargas: O Capitalismo em Construção*. Brasiliense, São Paulo.
- Freeman, C. (1995). The national system of innovation in historical perspective. *Cambridge Journal of Economics*, 19.
- Freeman, C. & Perez, C. (1988). Structural crisis of adjustment, business cycles and investment behaviour. In Dosi, G., editor, *Technical Change and Economy Theory*. Pinter Publishers, Londres.
- Furtado, C. (1968). *Um Projeto para o Brasil*. Saga, Rio de Janeiro.
- Furtado, C. (1975). *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Furtado, C. (1983). *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Victor Civita, São Paulo.
- Furtado, C. (1992). *Brasil: A Construção Interrompida*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Furtado, C. (2001). *O Capitalismo Global*. Paz e Terra, São Paulo, 5a. edition.
- Granovetter, M. (1985). Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91:481–510.
- Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, São Paulo.
- Lundvall, B.-A. (1992). Introduction. In Lundvall, B.-A., editor, *National Systems of Innovation: Towards a Theory of Innovation and Interactive Learning*, pages 1–19. Pinter, London.
- Monasterio, L. M. (1998). *Guia para Veblen: Um Estudo acerca da Economia Evolucionária*. EDUFPEL, Pelotas.
- Nelson, R. R. (1993). *National Innovation Systems: A Comparative Analysis*. Oxford University Press, New York.
- Nelson, R. R. (1995). Recent evolutionary theorizing about economic change. *Journal of Economic Literature*, 33:48–90.
- Nelson, R. R. & Winter, S. (1982). *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Harvard U. P., Estados Unidos.
- North, D. (1993). Desempenho econômico en el transcurso de los años. Conferência de Douglas C. North em Estocolmo, Suécia, 9 de dezembro de 1993 ao receber o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas. Disponível em <http://www.eumed.net/>

- [cursecon/textos/north-nobel.htm](#). Acesso em janeiro de 2004.
- North, D. (1995). *Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Económico*. Fondo de Cultura Económica, México.
- Perez, C. (2001). Câmbio tecnológico y oportunidades de desarrollo como blanco móvil. *Revista da CEPAL*.
- Polanyi, K. (1980). *A Grande Transformação*. Campus, Rio de Janeiro.
- Schwartzman, S. (1982). *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Campus, Rio de Janeiro, 2a. edition.
- Strachman, E. (2002). Instituições: Uma caracterização crítica. *Revista da ANPEC*, (1).
- Veblen, T. (1965). *A Teoria da Classe Ociosa: Um Estudo Econômico das Instituições*. Livraria Pioneira Editora, São Paulo.
- Velho, O. (1976). *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. Difel, São Paulo.
- Weber, M. (2005). *Max Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Editora Atica, 7a. edition.
- Zysman, J. (1994). How institutions create historically rooted trajectories of growth. *Industrial and Corporate Change*, 3(1):243–283.